

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj (EUA) ANDRÉ LUIZ DUARTE **KÜHNER**

Migração Subsaariana: raízes e soluções



Rio de Janeiro
2019

Maj (EUA) ANDRÉ LUIZ DUARTE KÜHNER

Migração Subsaariana: raízes e soluções

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Orientador: Maj Inf Orlando Mattos Sparta de Souza

Rio de Janeiro
2019

K96m Kühner, André Luiz Duarte

Migrações subsaarianas: raízes e soluções. / André Luiz Duarte
Kühner. – 2019.
43 f.; 30 cm.

Orientação: Maj Inf Orlando Mattos Sparta de Souza.
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.
Bibliografia: f. 40-43.

1. MIGRAÇÃO. 2. ÁFRICA SUBSAARIANA. 3. AFRICOM. I. Título.

CDD 325.26

Maj ANDRÉ LUIZ DUARTE KÜHNER

Migração Subsaariana: raízes e soluções

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em 22 de novembro de 2019.

COMISSÃO AVALIADORA

Orlando Mattos Sparta de Souza - Maj Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Alexandre Checheliski - Maj Cav - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Marcelo Lopes de Rezende - TC Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À Jesus Cristo quem me abençoa diariamente na Eucaristia, à Nossa Senhora Aparecida, a quem eu conheci intimamente este ano no Brasil, à minha amada esposa Renata, aos meus filhos e filhas Jasmine, Rayanne, Lily, Michael e André pelo constante apoio, possibilitando-me servir os últimos 19 anos à minha pátria.

AGRADECIMENTOS

À Deus, o Senhor dos Exércitos, pela força nos momentos mais difíceis da minha carreira, por ter me encontrado nos lugares mais escuros, e por sua constante presença mesmo quando não estou olhando para ti.

Ao meu padrinho, Major Daniel Ramos Lemos, pelo grande apoio este ano, inúmeras tradições, orientações e explicações em sala de aula, e por sua amizade para com a minha família, fora da ECEME, nos apoiando sempre quando precisávamos.

Ao meu orientador, Major Sparta, pelo seu trabalho dedicado, possibilitando a conclusão deste projeto.

Aos meus colegas de turma do CCEM ONA 2019, pela sua amizade e profissionalismo.

Ao Tenente Coronel Roland Murphy do Exército da Libéria, quem me inspirou a estudar este tema pela sua amizade e dedicação a sua pátria.

RESUMO

Migração é um fenômeno que acontece desde o início da civilização, e por muitas razões, tendo como suas principais causas a guerra e os conflitos armados. As Primeira e a Segunda Guerras Mundiais foram períodos de extrema migração na Europa, caracterizadas por famílias fugindo do conflito, populações sendo forçadas a saírem de suas casas e países por causa de diferenças raciais ou religiosas, além de prisão em massa do povo. Nos últimos séculos vimos um aumento grande de migração da África Subsaariana. Estas migrações são causadas por diversos motivos como os conflitos armados, a fome, a pobreza, os crimes, e muitos outros sintomas da instabilidade dos governos africanos. Estes problemas que encontramos na África começaram desde libertação dos países africanos de suas colônias europeias, que causaram divisões na África como conhecemos hoje. A identificação da raiz destes problemas não é fácil de se encontrar e a solução passa a ser complexa, requerendo a colaboração de vários diferentes países e organizações. Diversas organizações e países operam na África Subsaariana em tentativa de manter estabilidade governamental. Entendendo a história da migração, especialmente na África, e encontrando as conexões da migração na instabilidade governamental, ajudar-nos-á planejar e executar as melhores soluções para o futuro do continente africano em sua porção subsaariana.

Palavra-chave: Migração, África Subsaariana, AFRICOM

ABSTRACT

Since the beginning of civilization, populations have migrated for various reasons. War has always been and remains one of the great causes of migration. WWI and WWII were periods of extreme migration in Europe characterized by families escaping conflict, populations being forced out because of race, and imprisonment of large populations. In recent centuries we have seen a large increase in migration from sub-Saharan Africa. These migrations are caused by conflict, hunger, poverty, crime, and many other symptoms of the instability in African governments. These problems we encounter in Africa began since the liberation of African countries from European colonies, whom created divisions in Africa, drew arbitrary borders, and pinned populations against one another are still seen to this day. The root causes of these issues are not easy to pinpoint, and the very complex solutions require the collaboration of many different countries and organizations. Many organizations and countries already operate in sub-Saharan Africa with a mission of promoting government stability. Understanding the history of migration, especially in Africa, and finding migration's connections to government instability helps leaders plan and implement solutions for the future. Today, the United States Government and various partners work toward reducing the mass emigration from Sub-Saharan Africa by tackling government instability and the root causes of such. This paper will explore the historical causes of migration, the recent migration from Africa, and causes of government instability in Sub-Saharan Africa.

Keywords: Migration, Sub-Saharan Africa, AFRICOM

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	METODOLOGIA	10
3	VISÃO GERAL HISTÓRICA DA MIGRAÇÃO – SÉCULO XIX E XX	11
3.1	PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: MARCO HISTÓRICO	11
3.2	MIGRAÇÃO VOLUNTÁRIA DURANTE A 1ª GUERRA MUNDIAL	17
3.3	MIGRAÇÃO INVOLUNTÁRIA DURANTE A 1ª GUERRA MUNDIAL.....	19
3.4	LIDANDO COM OS MIGRANTES PÓS 1ª GUERRA MUNDIAL	20
4	MIGRAÇÃO AFRICANA NOS SÉCULOS XX E XXI	22
5	CAUSAS TEÓRICAS DA MIGRAÇÃO	26
5.1	DESORDEM PÓS-GUERRA FRIA.....	26
5.2	COMO COMEÇARAM OS CONFLITOS AFRICANOS.....	28
5.3	PORQUE A LUTAS NUNCA TERMINAM.....	30
5.3.1	Não-guerra	30
5.3.2	Guerra Gananciosa	32
5.4	NEOPATRIONALISMO.....	33
6	CONCLUSÃO	36
	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Desde o início das civilizações, os movimentos migratórios são um fenômeno que acontece por todas as regiões do mundo e por diferentes razões e motivos. Na história do mundo, populações migraram atrás de terras melhores para agricultura, em busca de animais como fonte de alimento; também ocorreram as migrações forçadas, caracterizada pelas pressões realizadas por outra civilização, resultando em guerras, prisões e escravidão. As causas da migração atualmente continuam sendo praticamente as mesmas, e por isso, podem e devem ser estudadas e entendidas para que se reduza a instabilidade que esses movimentos trazem a diferentes países.

Na última década, a África Subsaariana tem visto um aumento na violência, principalmente pelo surgimento e o agravamento dos movimentos extremistas (DARAGAH, 2018). Devido à instabilidade do governo, os povos africanos dessa região, como os países da Nigéria, Camarões e Gana, têm deixado suas casas em um movimento migratório crescente e dramático para o continente europeu e para os Estados Unidos da América (EUA) (CONNER, 2018a). Atualmente, há uma estimativa de 12,3 milhões pessoas deslocadas no continente africano.

Um dos fatores que levam os africanos a deixarem suas casas em busca de uma vida melhor em outros países e até mesmo em outros continentes, é a violência extrema ocasionada por grupos que lutam para implementar pensamentos diferentes, como os religiosos. No contexto dos EUA, o comando da África dos Estados Unidos (AFRICOM) tem prioridade para combater as organizações extremistas violentas, promover interesses americanos em território africano, prevenir que as nações africanas não se desestabilizem perante as alianças ameaçadoras. Em 7 de fevereiro de 2019, o comandante da AFRICOM, USMC General Waldhauser, palestrou perante o Comitê dos Serviços Armados do Senado dos Estados Unidos, abordando assuntos referentes aos desafios, as dificuldades em reunir recursos e as prioridades das missões da AFRICOM, provenientes da estratégia de segurança dos EUA de 2017, aprovada pelo Presidente da Estados Unidos e pelo Secretário de Defesa dos EUA (SECDEF) em 2018 como Estratégia de Defesa. Esses desafios incluem a falta de autoridade de ações militares em alguns países onde operam grupos radicais como o Boko Haram, *Islamic State of Iraq and Syria* (ISIS), *Jama'a Nusrat ul-Islam wa al-Muslimin* (JNIM), Al-Qaeda e outras organizações; e também, a dificuldade que os Estados Unidos enfrentam ao tentar fortalecer a capacidade das nações aliadas de

auto-governança e segurança, quando encontram oposição devido à corrupção política e às violações de direitos humanos em meio à luta contra a violência extremista (IRISH, 2019).

Durante o evento, entendendo os desafios e dificuldades envolvidas com o tema africano, o senador Tammy Duckworth (D-Illinois) apresentou três perguntas ao comandante da AFRICOM: 1) Organizações extremistas violentas são sintomas de um problema sistêmico? 2) Quais são os principais impulsionadores da instabilidade subsaariana? 3) Qual é o posicionamento da AFRICOM para abordar estas questões: é uma solução governamental/não governamental necessária para lidar com a causa principal?

Diante do exposto, a pesquisa teve como objetivo geral analisar a ligação entre a migração forçada dos povos subsaarianos e as atividades de violência realizadas por parte de organizações extremistas, para que o AFRICOM possa apoiar de maneira mais contundente as nações Subsaarianas que sofrem com as atividades extremistas. O caminho percorrido no trabalho amparou-se na seguinte questão: Quais são as causas profundas da migração? E as ligações com as organizações extremistas violentas, sejam elas causais, solidárias ou contratuais?

Para alcançar o objetivo geral proposto e responder ao problema, foram elencados três objetivos específicos:

- Estudar o histórico das migrações no âmbito mundial;
- Estudar a migração africana dos séculos XX e XXI;
- Analisar as principais teorias migratórias atuais.

Ao fazê-lo, visa-se responder o problema com soluções governamentais e não-governamentais, que envolvem várias agências de coordenação para estas questões.

Este estudo irá analisar as ameaças enfrentadas pelos países da África Subsaariana que levam seus povos a desistir de suas nações e migrar para outros países que possam dar-lhes suporte. Com isso, a pesquisa tenciona mostrar soluções para que o AFRICOM possa melhorar sua participação no continente africano e bem cumprir suas missões. Assim, será feito um sobrevoo sobre o histórico das migrações mundiais e mais especificamente da África, não aprofundando sobre a questão das definições acadêmicas em relação a migração, refúgio ou outra.

Entender a história da migração, especialmente na África, e encontrar as conexões da migração na instabilidade governamental, é de fundamental importância para ajudar os líderes a planejar ações para mitigar os riscos trazidos pelos

movimentos populacionais e executar as soluções para trazer um futuro mais promissor ao povo africano. Entende-se que diversas organizações e países operam na África Subsaariana em tentativa de manter estabilidade governamental dos países que a compõe. Assim, este estudo tem por finalidade fornecer alguma perspectiva da raiz da migração subsaariana, para entender como agir em favor de uma melhora nas condições de vida, bem como fornecer subsídios às organizações que atuam em prol do progresso de vida do povo africano.

2 METODOLOGIA

Para bem conduzir o presente trabalho, foi utilizado a pesquisa qualitativa explicativa (GIL, 2008) para entender os fatores e a dinâmica dos acontecimentos na África Subsaariana relacionados com a violência, e a subjetividade do tema que gira em torno das migrações, tudo para inferir como melhor apoiar as decisões da AFRICOM, responsável por apoiar a África, em minimizar os problemas existentes e garantir que os governos possam dar o suporte necessário aos seus povos.

Como suporte ao estudo, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental realizadas a partir de livros, artigos científicos e informações publicadas na mídia sobre o tema, tanto em meios físicos de acesso livre ao público, bem como aqueles existentes e disponibilizados na rede mundial de computadores. Essa pesquisa teve o intuito de buscar o contexto histórico que envolve as migrações no mundo e também no continente africano nos séculos XX e XXI. Além desses aspectos, foram estudadas as teorias existentes quanto às causas migratórias com o objetivo de entender quais delas afetaram os países africanos.

O trabalho possui limitações, tendo em vista que a pesquisa bibliográfica foca em entender os movimentos populacionais nos países da África Subsaariana ocasionados pela violência extrema, não contemplando outras questões que possam ser resultado dessas atitudes hostis.

3 VISÃO GERAL HISTÓRICA DA MIGRAÇÃO – SÉCULO XIX E XX

A migração tem sido uma característica das civilizações desde o início dos tempos. As causas da migração mudaram, mas, em geral, flutuam entre a migração voluntária, em que pessoas vislumbram se afastar de seus países na esperança de ter um futuro melhor, normalmente buscando uma situação econômica mais favorável; e uma migração involuntária, normalmente forçada por um grupo mais poderoso, que domina uma área, causando violência e caos público, levando a população ao desespero e ao medo de morte.

Nos últimos 200 anos, podemos estudar as causas das migrações em massa para a América do Norte e do Sul, e em torno da Europa e da Rússia. As migrações para as Américas e as migrações em torno da Europa durante a primeira Guerra Mundial (WWI) são as maiores migrações já vistas na história mundial, representadas por migrações voluntárias e involuntárias. A WWI traz grandes mudanças nas políticas demográficas e de migração europeias. Dos exemplos históricos provenientes dessa guerra, pode-se entender muitas das causas relacionadas à migração e que muito se assemelham aos dias atuais.

3.1 PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: MARCO HISTÓRICO

Todas as grandes crises políticas europeias no século XIX – guerras napoleônicas, revoluções de 1848, guerra dos sete anos, guerra franco-alemã – tiveram como um de seus resultados a criação de políticas para controlar a migração ou a migração forçada, as quais foram desencadeadas por ameaças percebidas à soberania; na WWI esse fator não foi diferente (ROSENBERG, 2006). Muitos estudiosos argumentam que a WWI foi o ponto de virada na política internacional de migração. Como o controle do governo aumentou em todos os níveis da sociedade, mais restrições e controle foram exercidos com as políticas de migração. Leis que já estavam em vigor foram reforçadas mais fortemente, e algumas novas foram introduzidas. Isso tudo, devido ao fato de que durante a guerra houve lacunas em que os funcionários fronteiriços eram incapazes de identificar e separar os “migrantes” que eram inimigos infiltrados (ROSENBERG, 2006).

Essa aparente necessidade de controle de movimento populacional foi o combustível para novas políticas de migração, especialmente de 1914 a 1918. Um

dos desafios iniciais na criação de novas políticas de migração foi a reciprocidade. As autoridades tinham a preocupação em determinar corretamente como seria realizada a reciprocidade nas políticas públicas para que não ocorresse uma crise populacional, ou seja, preocupavam-se em saber se o país que acolhesse os estrangeiros poderia ter seus nacionais recebidos em outros países.

Não só os conflitos do século XIX foram os responsáveis por alterar o pensamento quanto às atividades migratórias, mas uma maior compreensão das doenças contagiosas e o desenvolvimento da rápida mobilidade através do sistema ferroviário acrescentaram à essa percepção uma maior necessidade de controlar o fluxo estrangeiro. No início do século XX, o impulso para controlar a migração aumentou. Rosenberg (2006) chama esta vontade de exercer o controle sobre a mobilidade das pessoas de “uma fantasia burocrática de alcançar o controle total sobre a sociedade”. O impulso de controlar a migração antecedeu a capacidade de realmente fazê-lo. Consequentemente, muitas das leis e políticas do século XIX para controlar o movimento populacional não foram impostas. Durante a guerra, no entanto, as tropas no campo criaram a capacidade de impor essas políticas (TORPEY, 1998). Antes do século XIX, poucas pessoas foram registradas por nacionalidade, muitos nem sequer se identificavam por nacionalidade. No entanto, a guerra criou este desejo, se não uma necessidade, para identificar as pessoas por países em que nasceram e, portanto, criar um sistema de registro.

Após o início da WWI, o Reino Unido criou instalações para permitir a identificação de estrangeiros em suas fronteiras e dentro do seu território. Antes da WWI, as pessoas condenadas por crimes seriam deportadas; porém, depois que a guerra começou, a deportação começou a ocorrer de acordo com leis de imigração implementadas. Reinecke (2009) afirma que no Reino Unido, no ano de 1914, foi marcado o ponto de virada na política de migração, fato que já tinha ocorrido mais cedo na Alemanha.

De acordo com Triadafilopoulos (2004), a nacionalidade não criou por si só a exclusão que conduziria à expulsão de um cidadão de um país, mas a nova percepção de nacionalidade com pensamento e ideia variadas. No caso da imprensa, devido a restrições orçamentárias, foi promovida uma agitação nos jornais para que se criasse notícias controversas sobre o assunto para atrair mais leitores, o que por vezes alimentou respostas extremas do público (TRIADAFILOPOULOS, 2004).

Nos Estados Unidos, o chamado *Yellow Peril* (Perigo Asiático) levou à introdução da lei de exclusão chinesa de 1882, da lei quota de emergência em 1921 e da lei de imigração de 1924. Os atos favoreceram os migrantes do noroeste da Europa. Na África do Sul, em 1910, o medo dos migrantes asiáticos levou à deportação de uma grande parte dos 63.000 trabalhadores chineses.

O *Black Peril* (Perigo Negro), na Europa, fez com que várias colônias africanas fossem expulsas do continente entre 1900 e 1930 e, também, resultou em deportações e restrições à mobilidade. Na África do Sul, durante a segunda Guerra dos Bôeres, os britânicos deportaram 93.940 bôeres de língua holandesa e 24.457 civis negros para campos de concentração, onde 25% dos bôeres e 12% dos presos negros morreram. A escala da deportação e do internamento dos civis em campos de concentração em terras étnicas era nova, e aumentou durante toda a guerra.

Alguns meses na I Guerra Mundial, um cenário indo-alemão para o envio de armas americanas para a Índia foi descoberto, e uma revolta na Índia teria reduzido a capacidade da Grã-Bretanha em travar a guerra contra a Alemanha, bem como em oposição ao nacionalismo irlandês (PLOWMAN, 2003). Medos desta conspiração afetou as Índias Orientais Holandesas, onde o exército holandês incluiu um número bastante grande de alemães, levando alguns a considerá-lo como um baluarte de simpatias pró-alemão. Os laços da amizade entre Alemanha e Turquia fizeram supor ter ocorrido com o intuito de se ter um ganho estratégico, colocando soldados muçulmanos nas Índias Orientais Holandesas. Acreditava-se que os líderes da comunidade alemã nas Índias Orientais Holandesas estavam planejando assumir a colônia uma vez que a guerra havia iniciado entre os Países Baixos e a Alemanha, e estavam supostamente incitando a comunidade muçulmana contra o governo holandês. Jornais de língua holandesa na colônia iniciaram uma campanha anti-germânica e chamaram seus leitores para acompanhar os alemães e relatar seu comportamento. Papéis estabelecidos na imprensa de campanha – *Pressefeldzug* – retrataram todos os alemães como espiões e traidores; sugeriram que expulsavam soldados alemães do exército holandês ou, pelo menos, os enviavam para lugares remotos do país. Finalmente, descobriu-se que as teorias da conspiração nas Índias Orientais Holandesas provou ser uma farsa; entretanto, a conspiração indo-alemã existia (VAN DIJK, 2014).

Suspeitas e desconfiança levaram a restrições. Em 1915, por exemplo, o Congresso Internacional de Mulheres reuniu-se em Haia, na Holanda. As

organizações femininas, que ficaram conhecidas como “as sufragistas” (*Peacettes* ou *Suffragettes*) haviam feito uma tentativa conjunta de falar e até redigir uma resolução contra a guerra e suas consequências, as quais foram divulgados na imprensa. O Presidente Theodore Roosevelt chamou o esforço de bobo e suas demandas de fúteis, vagas e históricas (COSTIN, 1982). Nesse contexto tumultuado de alianças e contestações, 47 delegados dos Estados Unidos tiveram grandes problemas para chegar à Holanda, e o mesmo ocorreu com 24 delegados britânicos, os quais apesar de ter passaportes emitidos pelo Congresso, foram detidos pelas autoridades locais. Após a conferência, as mulheres das delegações viajaram por cinco semanas através dos Países Baixos, Inglaterra, Alemanha, Áustria, Hungria, Suíça, Itália, França, Bélgica, Dinamarca, Noruega, Suécia e Rússia para defender a sua causa. Elas foram atendidas com muita suspeita e pouco apoio, mas foram, no entanto, capazes de alcançar muitas pessoas, bem como realizar encontros em sua viagem (COSTIN, 1982).

Depois que os Estados Unidos entraram na WWI em 1917, o governo americano conduzia os estrangeiros imigrantes suspeitos de serem inimigos para a ilha de Ellis, a qual havia sido transformada em um centro de detenção. Ao final da I Guerra Mundial, o medo do comunismo e do socialismo – *Red Scare* – foi espalhado por todo os EUA e milhares de suspeitos estrangeiros foram asilados na ilha de Ellis, além de outras centenas que foram deportadas com base no princípio da culpa por associação com qualquer organização que defendia a revolução contra o governo federal (COBEN, 1964).

Revoluções na Rússia, Alemanha e Hungria e tentativas de revoluções em outros lugares trouxeram o medo de impulsos revolucionários que poderiam se espalhar para outros países. Nessa época, os migrantes eram vistos como potenciais revolucionários ou como terroristas lutando suas guerras em território estrangeiro. Os controles que haviam sido criados durante a guerra foram diminuindo gradualmente e, ao invés disso, tornaram-se mais institucionalizados.

Nos Estados Unidos, o medo dos alemães foi substituído pelo medo dos bolcheviques. A lei de exclusão anarquista de 1918 tornou possível deportar os não-cidadãos os quais acreditava-se serem defensores da revolução e da anarquia. Um dos 249 imigrantes que foram deportados dos Estados Unidos em dezembro de 1919 foi Emma Goldman, ativista política, anarquista e escritora, que tinha migrado em 1885 e manteve a cidadania americana. As autoridades insistiram, no entanto, que a sua

cidadania havia sido revogada, sendo então deportada para a União Soviética. Legalmente, tinha sido possível recusar "anarquistas" na fronteira desde a introdução da primeira lei de imigração Federal de 1882. A deportação de pessoas que viviam nos Estados Unidos há mais de trinta anos e que possuíam cidadania era uma nova adição e claramente uma consequência do "susto vermelho" e da guerra.

À medida que a guerra chegou ao fim, a pandemia de gripe de 1918 começou a se espalhar, a mais mortal da história, e infectou uma estimativa de 500 milhões pessoas em todo o mundo, cerca de um terço da população do planeta, alcançando uma estimativa de 20 a 50 milhões vítimas, incluindo alguns 675.000 americanos. A gripe de 1918 foi observada na Europa, nos Estados Unidos e em partes da Ásia antes de se espalhar rapidamente pelo mundo. Na época, não havia medicamentos ou vacinas eficazes para tratar este tipo de gripe assassina. Os cidadãos receberam ordens para usar máscaras as escolas, os teatros e as empresas foram fechadas e corpos foram empilhados em necrotérios improvisados antes que o vírus tivesse terminado sua marcha mortal (SPANISH, 2019). A gripe se espalhava rapidamente porque as pessoas eram fracas, a higiene era pobre nos acampamentos, e as tropas que voltavam para casa traziam um aumento de movimento de pessoas. A doença era comumente referida como a "gripe espanhola" porque os primeiros casos foram identificados na Espanha. Os soldados alemães a chamavam "febre de Flandres". Nos Estados Unidos, algumas pessoas acreditavam que os alemães haviam espalhado a doença de propósito.

A lacuna entre o desejo e a capacidade de controle foi parcialmente preenchida por instituições privadas, incluindo as companhias de navegação transatlânticas. As linhas de transporte europeias lucraram com todas as pessoas que viajavam para os Estados Unidos, porém havia uma perda devido ao retorno de viajantes que tiveram sua entrada no país rejeitada pelas autoridades. Antes da guerra, as companhias de navegação circularam informações sobre as leis e práticas de imigração dos EUA através de uma rede de agentes na Europa. Nos portos de partida, os médicos da empresa examinaram os passageiros e tentaram identificar pessoas que seriam rejeitadas à chegada nos Estados Unidos. Os funcionários ou agentes da linha de transporte também estavam verificando passaportes em fronteiras em torno da Europa e parando as pessoas. Quando a guerra eclodiu, esta atividade reduziu, mas foi retomada imediatamente e com entusiasmo renovado quando a guerra terminou.

Mudanças em toda a Europa durante a guerra também aumentaram as atividades das companhias de navegação (FEYS, 2010).

No novo Estado húngaro, os membros do movimento Eugenia argumentaram contra a decisão de trazer de volta os migrantes que haviam sido rejeitados pelas autoridades americanas. O Ministério da guerra húngaro se certificava de que o retorno dos migrantes rejeitados para a Hungria seria “eugenicamente e higienicamente controlada” (TURDA, 2009). Na fronteira russo-alemã e no porto de Antuérpia, na Bélgica, as companhias de transporte pararam de transitar migrantes que foram considerados clinicamente inaceitáveis pelos padrões americanos. As companhias de transporte tornaram-se subcontratantes para as autoridades americanas, e as autoridades belgas fizeram companhias de transporte em Antuérpia responsáveis para o controle remoto americano da migração (CAESTECKER; FEYS, 2010). Uma das principais companhias de transporte da Antuérpia, a *Red Star Line*, em 1922, expandiu seus edifícios e converteu-os em uma planta de processamento migratório de alta velocidade. Consistia em um percurso através de um armazém de dois andares. O “circuito higiênico” estava no térreo: homens e mulheres foram separados e passavam por chuveiros, as pessoas foram separadas de sua bagagem, e tudo foi desinfectado. O “circuito de seleção” estava no andar superior, onde os médicos avaliavam as chances dos migrantes de entrarem com sucesso nos Estados Unidos (VERSCHAFFEL *et al.*, 2005). O impulso e a habilidade de controlar o movimento tinham finalmente chegado ao auge.

Antes da I Guerra Mundial, houve desenvolvimentos contraditórios, algumas migrações eram estimuladas e outras não. Em torno de 1900, houve um aumento da concorrência para o trabalho agrícola entre a Alemanha e seus vizinhos do Sudeste e do Leste Europeu. Assim, a Europa Ocidental e a América do Norte afastavam os trabalhadores da Alemanha Oriental, trazendo para si, forçando os proprietários alemães a procurarem trabalhadores baratos na região russa da Polônia e na Áustria-Hungria. A França, a Suíça e os países escandinavos também recrutavam trabalhadores na Europa Oriental. A Áustria-Hungria tentou fazer com que os cidadãos austro-húngaros se estabelecessem na Bósnia, e a Rússia promoveu a livre circulação de mão-de-obra. Os proprietários alemães, devido às mudanças no processo agrícola, necessitavam mais trabalhadores, mas somente por períodos curtos de tempo, o que tornou o trabalho ofertado menos atrativo àqueles que procuravam emprego. Ao mesmo tempo, Otto von Bismarck terminou com a

“importação do trabalho” por razões nacionalistas ou raciais. Em 1885, ele iniciou uma campanha sistemática anti-polaca, e expulsou entre 30.000 e 40.000 trabalhadores poloneses (OLSSON, 1996).

Um número de países sofreu um declínio na mobilidade antes do início da guerra. Hochstadt (1999) mostra que as taxas de migração na Alemanha começaram a cair antes do surto da I Guerra Mundial. As razões para este desenvolvimento foram a legislação social implementada por Bismarck durante a década de 1880, e a rápida industrialização da Alemanha. Além disso, nos Estados Unidos, os imigrantes alemães competiam com os novos migrantes vindos dos países do leste e do sul europeu, os quais podiam ser contratados por salários menores (KHOUDOUR-CASTÉRAS, 2008).

3.2 MIGRAÇÃO VOLUNTÁRIA DURANTE A 1ª GUERRA MUNDIAL

Quando a guerra começou, as autoridades enviaram os civis para longe do campo de batalha. A primeira guerra em escala mundial conduziu uma limpeza étnica ou relacionada a outros aspectos, aumentou o movimento da força de trabalho e revolucionou a criação de acampamentos para internamentos em uma escala maior do que já tinha sido visto anteriormente. A WWI foi uma guerra de trens e de trincheiras. O escopo das migrações, principalmente forçadas, foi inédito. A Holanda, com aproximadamente 6 milhões de habitantes, estava no limite após a chegada de mais 1 milhão de refugiados belgas. No Outono de 1918, 2 milhões civis franceses tinham abandonado seu país no decorrer de quatro anos de lutas. Na Rússia, 6 milhões pessoas tinham abandonado suas casas. Havia 9 milhões prisioneiros de guerra detidos em acampamentos por toda a Europa (STIBBE, 2009).

A I Guerra Mundial foi a primeira guerra com um elevado número de pessoas feitas prisioneiros (civis e soldados), e que tiveram que ser repatriadas em algum momento, durante ou após os conflitos. Na conferência de paz de 1919, em Paris, uma Comissão especial liderada por Fridtjof Nansen foi criada para enfrentar a tarefa de repatriação. Apenas no território russo, havia 1.250.000 prisioneiros de guerra e internados que eram cidadãos dos países centrais. Metade deles morreu na guerra civil russa que durou de 1917-1922 antes que pudessem ser repatriados. Em qualquer caso, o repatriamento foi uma questão complicada, porque os países ocidentais relutavam em reconhecer o regime bolchevique e entrar em negociações. Foi

realizado através do mar Báltico, do mar Negro e de Vladivostok em meio a todos os combates e uma fome, e enquanto o sistema ferroviário estava em ruínas. Os últimos repatriados deixaram a União Soviética em 1922 (CAZACU, 2011).

Para entender o grande movimento migratório da guerra, mais jovens migraram de suas casas para unidades militares no oeste do Império Russo durante um período de duas semanas, no verão de 1914 (3.915.000 pessoas), do que pessoas deixaram a Polônia, a Lituânia, a Ucrânia, a Bielorrússia, a Letônia e a Rússia para a América do Norte ao longo de mais de três décadas (1880–1914: 3.715.000 homens). Aproximadamente 1,4 milhões de homens já estavam servindo no exército russo e milhares de esposas de oficiais, enfermeiros, médicos e outras forças auxiliares se mudaram para o oeste quando a guerra começou. Ao final da guerra, o número total de homens que haviam sido mobilizados para o exército ativo tinha sido extremamente alto: 14.923.000 soldados (SANBORN, 2005).

Quando a guerra eclodiu, tropas estacionadas em colônias europeias foram transferidas de volta para a Europa. Além disso, o Reino Unido trouxe 31.000 trabalhadores civis da África do Sul, 8.000 das Índias Ocidentais, 92.000 chineses, e 82.000 egípcios para trabalhar atrás da frente britânica, enquanto a França recrutou 75.000 trabalhadores argelinos, 49.000 marroquinos, 36.000 chineses e 18.000 tunisianos. Em 1917, a França assinou tratados com a Espanha, Itália, Portugal e Grécia para recrutar trabalhadores para a indústria da guerra. Os países da Entente empregaram 650.000 soldados coloniais em campos de batalha europeus. A França implantou 172.000 tropas africanas da Argélia, 134.000 da África Ocidental, 60.000 da Tunísia, 37.000 de Marrocos, 34.000 de Madagascar, e 44.000 da Indochina (KOLLER, 2009). Do lado do Reino Unido, 1,5 milhão de soldados indianos lutaram pela coroa britânica durante a guerra (DAS, 2011). Essas migrações trouxeram um número sem precedentes de pessoas das colônias para a Europa, sendo que, após a guerra, uma parte dessas pessoas permaneceu, enquanto outras retornaram indagando por mais direitos dentro das colônias.

A chegada de imigrantes das colônias asiáticas e africanas na Europa levantou a necessidade de aumentar o controle de quem estava se movendo, juntamente com noções mais fortes sobre quem poderia permanecer. Os casamentos foram vistos com cautela para as mulheres brancas e imigrantes, o que foram percebidos como um alerta, bem como uma razão para uma intensificação do registro. Aproximadamente 600 a 800 crianças nasceram das relações entre as tropas coloniais francesas que

ocuparam a região de Rhineland, na Alemanha, e as mulheres alemãs locais logo após a guerra. Eles foram mais tarde rotulados como "bastardos da Rhineland", independentemente do estado civil de seus pais. Após 1933, essas crianças foram um dos primeiros grupos a serem submetidos a um programa de esterilização forçada (ROOS, 2009).

O exército dos EUA admitiu 367.000 soldados Afro-americanos depois que entraram na guerra em 1917, totalizando 2 milhões de afro-americanos lutando pela força expedicionária americana na França. Nenhum deles, no entanto, lutou ao lado de tropas americanas brancas. As unidades negras segregadas lutaram com o exército francês e tomaram ordens de comandantes franceses que concordaram com isto, porque eles estavam necessitando de pessoal e tropas. O esforço de guerra, o tratamento dado pelos comandantes franceses e a experiência no exterior foram importantes para o movimento afro-americano de direitos civis nos Estados Unidos. As oportunidades de trabalho foram aumentadas durante a guerra, especialmente nas grandes cidades industriais no norte, com a migração de 1 milhão africano-americanos do sul às cidades do norte, ocupando os postos que anteriormente estavam sendo preenchido pelos europeus. Esta grande migração alterou o tecido social, econômico e político da sociedade nos Estados Unidos completamente.

3.3 MIGRAÇÃO INVOLUNTÁRIA DURANTE A 1ª GUERRA MUNDIAL

Durante a guerra, as pessoas foram apreendidas e deportados porque eram consideradas inimigas estrangeiras, com base em suas antigas nacionalidades. No início da primeira guerra mundial, 32.000 "imigrantes inimigos" foram internados no Reino Unido, enquanto 20.000 tinham sido "repatriados". Desde o início, também houve um comum e forte sentimento anti-alemães, juntamente com uma histeria sobre a presença de espiões.

Em 1915, um submarino alemão (U-Boat) afundou o navio de passageiro britânico "Lusitânia", causando a morte de 1.198 passageiros e tripulantes. A resposta pedida pelos jornais foi a de vingar o atentado sofrido pelo "Lusitânia", e fez surgir motins anti-alemães. Eles começaram em Liverpool e se espalharam para outras cidades na Inglaterra, e também para outros países, incluindo a Rússia e África do Sul. Ao redor do globo haviam 4,5 milhões alemães vivendo em países tão diversos

como Grã-Bretanha, França, Estados Unidos, Canadá, Rússia, China, Hong Kong, Siam (agora Tailândia), Brasil, Argentina, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia.

Janelas do que se acreditava ser lojas alemãs foram esmagadas, os produtos saqueados, os móveis jogados na rua e incendiados e edifícios foram consumidos por chamas. As escolas alemãs foram fechadas e publicações proibidas. Alemães naturalizados e não naturalizados foram detidos no Canadá, na Austrália, na Nova Zelândia e nos Estados Unidos com o plano de repatriá-los para a Alemanha após a guerra (DEDERING, 2013).

Na Bélgica em tempo de guerra, a sugestão foi feita para privar os alemães que haviam recebido a cidadania belga antes da guerra de sua nova nacionalidade, e assim, expulsá-los do país ao término da guerra. Quando a guerra havia terminado, os alemães foram presos e detidos em campos de concentração onde esperavam sua deportação (PANAYI, 2009).

Também, após a eclosão da guerra, os judeus russos foram deslocados. O czar colocou os territórios mais próximos das linhas de frente sob o controle de um governo militar com vastos poderes, que carregava e propagava o antissemitismo hostil. Em 1915, os militares começaram a expulsar os judeus da zona de guerra. Centenas de milhares foram expulsos de suas casas sem um lugar para ir. Muitos Judeus fugiram, também, do avanço alemão. Por 1916, mais de 250.000 judeus fugiram ou foram expulsos das províncias ocidentais da Rússia.

Após 1917, cerca de 6 milhões czaristas, a maioria deles não russos das regiões de fronteiras ocidentais do Império, tinham-se tornado refugiados ou deportados (GATRELL, 1999). A Alemanha, no início da guerra, tentou colonizar o Báltico com a ideia de usá-lo para reassentar 2 milhões de alemães que tinham sido expulsos da Europa Oriental.

3.4 LIDANDO COM OS MIGRANTES PÓS 1ª GUERRA MUNDIAL

Quando a WWI terminou, um grande número de pessoas mudava de país sem cruzar fronteiras porque as reconfigurações do território significavam que certas fronteiras eram revisadas. Nos termos do Tratado de Versalhes, de 1919, a Alemanha tinha perdido 65.000 quilômetros quadrados de território, habitado por 7 milhões pessoas. A Bélgica ganhou soberania sobre os territórios de Moresnet e Eupen-Malmedy, e a França sobre os da Alsácia-Lorena. Por volta de 110.000 a 170.000

alemães que haviam se estabelecido na Alsácia-Lorena após 1871 foram expulsos ou tiveram que deixar a região “voluntariamente” (BOSWELL, 2000). A Alemanha reconheceu a independência da Tchecoslováquia e cedeu parte da província da Alta Silésia a esta, bem como outra parte do seu território para o novo estado da Polônia. Os bohemians alemães, que passaram a viver na nova Tchecoslováquia, candidataram-se à cidadania alemã, como fizeram parte dos alemães que tinham sido autorizados a permanecer na Alsácia-Lorena. Cerca de 900.000 poloneses da antiga Polônia russa e austríaca migraram para a nova Polônia, seguidos por cerca de 1 milhão de poloneses da Rússia. As pessoas mudaram-se para novos países porque as fronteiras haviam sido redesenhadas, enquanto outras passaram a viver num país diferente sem ter saído do lugar. As pessoas fugiram de países que deixaram de existir e as redefinições de cidadania e a criação de novos países deixaram algumas pessoas apátridas.

O problema dos refugiados continuou a assumir dimensões sem precedentes: 1 a 1,5 milhões cidadãos russos fugiram para a Polônia, a Tchecoslováquia, a Alemanha, a Ásia menor, a Manchúria e Xangai. A maioria tinha perdido sua cidadania russa ou soviética por causa das decisões tomadas por suas autoridades. Eles podiam ou não retornar aos seus países de nascimento. As autoridades logo sentiram que isso era algo que teria que ser abordado e tratado.

A fim de lidar com esta crise, a Liga das Nações, na liderança de Fridtjof Nansen, criou documentos de viagem internacionais especificamente para esses refugiados. O certificado de identidade era emitido anualmente. Estabelecia a identidade, a nacionalidade e a raça do titular e garantiu o direito a uma certa liberdade de circulação. Com este chamado “Nansen *Passport*”, o titular poderia passar de um país para outro para encontrar trabalho, ou para procurar e reingressar membros da família. Não deu, necessariamente, ao detentor o direito de regressar ao país que emitiu o documento. Os passaportes de Nansen foram estendidos mais tarde também aos armênios que tinham sobrevivido à perseguição na Turquia. Os sobreviventes, numerando entre 500.000 a 1 milhão, estavam em acampamentos superlotados no Cáucaso, na Grécia, nos países dos Balcãs e no Oriente Médio.

O passaporte Nansen foi reconhecido por 54 países para os migrantes russos; 38 países reconheceram-no para os armênios. Alguns países, como o Canadá, recusaram os titulares do passaporte Nansen por motivos da “retornabilidade” ou “deportabilidade”, no qual os titulares do passaporte não tinham o direito de retornar

ao seu país de nascimento assegurado, bem como não poderiam ser deportados para lá, mesmo que os migrantes fossem criminosos ou estivessem sob cobrança pública no país anfitrião. O Canadá só aceitaria os detentores dos passaportes Nansen se aqueles que fossem considerados criminosos ou sob cobrança pública pudessem ser devolvidos ao país emissor do passaporte, o que não ocorreu, fazendo com que as autoridades recusassem os imigrantes (KAPRIELIAN-CHURCHILL, 1994).

A introdução do passaporte Nansen foi um ponto de virada clara na política internacional de migração, o qual conectou-se com uma tendência de aumento do interesse ligado a passaportes e cidadania. No entanto, a emissão de documentos de identidade para as pessoas consideradas apátridas era nova e introduziu um aspecto que se tornaria um elemento-chave nos debates sobre os direitos dos refugiados ainda hoje: quem era responsável em proteger aqueles que seu próprio estado recusava em fazer, e que não poderiam forçosamente retornar para o país do qual tinha fugido? Esta é uma questão fundamental a ser feita hoje com a crise dos refugiados da África Subsaariana.

4 MIGRAÇÃO AFRICANA NO SÉCULO XX E XXI

O número total de emigrantes dos países da África Subsaariana no mundo cresceu 31% entre 2010 e 2017, superando a taxa de aumento tanto da região Ásia-Pacífico (15%) como da região América Latina-Caribe (9%). Cerca de 25 milhões migrantes subsaarianos viviam fora de seus países de nascimento em 2017. Independente se o destino for um país vizinho, a Europa ou os EUA, muitos emigrantes subsaarianos enfrentam obstáculos à mudança.

Relatórios indicam que centenas de milhares de emigrantes do sul do deserto do Saara reuniram-se na Líbia na esperança de atravessar o Mediterrâneo para a Europa. Muitas dessas pessoas ainda vivem em acampamentos cheios de criminalidade, enquanto esperam para fazer a viagem, e ainda sofrem com a possibilidade de alguns serem vendidos em leilões de escravos. Os emigrantes subsaarianos são apenas parte da história de migração internacional da África. As Nações do norte da África também experimentaram décadas de emigração significativa para a Europa e outras partes do mundo. Em 2017, cerca de 5,2 milhões imigrantes da África do Norte viviam em países da União Europeia (EU), Noruega e Suíça, em comparação com cerca de 3 milhões em 1990 (CONNER, 2018b).

Entre 1960 e 2010, o número mundial de migrantes internacionais aumentou de 92 para 211 milhões. As causas profundas dessas tendências são os desequilíbrios demográficos, a desigualdade econômica, o aumento da globalização, a instabilidade política, dentre outras (DAO *et al.*, 2018).

A história econômica da África é uma história de grandes movimentos populacionais impulsionados por uma variedade de razões: nomeadamente, o tráfico de escravos e o colonialismo, os conflitos violentos, a pobreza, a degradação ecológica, a pressão populacional e uma certa propensão cultural de alguns grupos para orientação externa (ADEPOJU, 2003). Ainda hoje, a maioria dos 680 milhões africanos vivem em condições de extrema pobreza e insegurança. Embora a migração transnacional tenha permanecido a mesma em escala global desde o século XIX, sua estrutura e direção mudaram significativamente. A Europa conhecida como fonte das ondas de emigração em larga escala até ao início do século XX devido à WWI, teve as tendências dos fluxos migratórios invertidas após a 2ª Guerra Mundial (WWII). A taxa de imigração em países da Europa Ocidental altamente industrializados acelerou significativamente nas últimas décadas. A maioria dos africanos não documentados constituem uma proporção crescente desses imigrantes. Há razões bem fundamentadas para crer que esta tendência irá acelerar, uma vez que a África Subsaariana tem provavelmente um maior potencial para a imigração na UE do que qualquer outra região do mundo (KOHNER, 2007).

Os vinte países menos desenvolvidos são africanos, e mais da metade deles pertencem à devastada África Ocidental, que na década de 1990 ganhou a reputação de ser incapaz de fazer frente aos seus problemas, e piorar suas condições ao longo do tempo (HAAS, 2005). Alguns peritos acreditam mesmo que os movimentos da população africana poderiam evoluir em uma das maiores na história do mundo a médio e a longo prazo. Portanto, os políticos estão preocupados em levar esse desenvolvimento mais a sério do que no passado. No entanto, especialistas e líderes governamentais estão profundamente divididos sobre as responsabilidades e os melhores conceitos para analisar e resolver o problema. Mesmo na literatura acadêmica, vários mitos sobre os fatores subjacentes e estruturais da migração africana persistem (HAAS, 2005).

Nas últimas décadas, o número de refugiados de regiões de conflito na África aumentou dramaticamente. Entre 1993 e 2002, a população de 27 dos 53 países africanos sofreu conflitos violentos. No final de 2005, estima-se que 18% de todos os

migrantes africanos eram refugiados. Este número está muito acima da média global, uma vez que os refugiados africanos constituem cerca de um terço da população mundial de refugiados. Isso pode explicar por que quase metade (47%) dos 16,7 milhões migrantes transfronteiriços na África em 2005 eram mulheres e crianças. Os números acima ignoram explicitamente cerca de 13 milhões pessoas deslocadas internamente, assim como um número considerável de migrantes sazonais, que teriam acentuado ainda mais o problema. Mas mesmo a maioria dos migrantes transnacionais permanecem nos países vizinhos africanos, esmagadoramente (42%) na África Ocidental.

Além dos fatores de impulso, como conflitos violentos, violações brutas dos direitos humanos, pressão da população, degradação dos recursos naturais e pobreza, há fatores externos que fazem com que as pessoas migrem. Notavelmente os jovens, ameaçados pelo desemprego e pela falta de perspectivas em seu país de origem, estão ansiosos para tentar a sua sorte no que pode parecer-lhes como a sua terra prometida, como exemplo a Europa Ocidental. Muitos deles lutam para alcançá-la, normalmente de forma ilegal, desconsiderando os riscos envolvidos. Mas os povos africanos nem sequer têm esta alternativa, já que a migração para destinos ultramarinos implica um custo considerável (US\$800 a US\$1200 por pessoa do Senegal para as ilhas Canárias), que só pode ser coberto em muitos casos com contribuições dadas por parentes e conexões em redes sociais transnacionais (OIM, 2018).

A maioria dos migrantes africanos com destinos ultramarinos vivem na Europa. De acordo com as estimativas de 2005 da Organização Internacional de Migração (OIM), há cerca de 4,6 milhões africanos registados que vivem na UE, em comparação com 890.000 nos EUA. As principais razões para esta distribuição desigual são as diferenças nos custos de deslocação para a Europa versus os Estados Unidos, e as ligações culturais, sociais e econômicas dos países africanos aos antigos poderes coloniais (Inglaterra, França, Portugal, Espanha, Alemanha e Itália). Tudo que os números dizem são grosseiramente subestimados, pois não levam em consideração a maioria dos africanos não autorizados e clandestinos que vivem na UE (OIM, 2018).

A atração da UE para os migrantes da África Subsaariana aumenta de ano para ano. De acordo com estimativas do IOM, entre 65.000 e 80.000 migrantes cruzaram o Saara anualmente nos últimos 5 anos, em seus esforços para conseguir entrar na UE. Um de seus principais países de trânsito é o Marrocos, que registrou dez vezes mais migrantes entre 2000 e 2005. Subsequentemente, as autoridades de *Rabat*,

assistidas pela UE, reforçaram as suas fronteiras, rodeando os enclaves espanhóis de Melilla e Ceuta, bem como ao longo da Costa Atlântica, que contribuíram para a recente reorientação do fluxo de migração (OIM, 2018).

A migração dos africanos tem um efeito espiral descendente para a África Subsaariana. Devido à pressão externa da UE nessa região do continente africano, as pessoas com maiores recursos e, geralmente, a maior parte das pessoas com educação, são incentivadas a migrar. De acordo com a Organização Internacional para as Migrações, OIM (2018), este incentivo causa um "dreno de cérebro" dos países que compõem a África Subsaariana.

A organização para a cooperação e o desenvolvimento econômicos (OCDE) é um grupo de 34 países membros que discutem e desenvolvem políticas econômicas e sociais. Os membros da OCDE são países democráticos que apoiam as economias de mercado livre. Por razões individuais, isso atrai os cidadãos com melhor qualificação e nível social para uma vida melhor. Nos últimos 30 anos, cerca de um terço da força de trabalho acadêmica africana foi perdida para os países membros da OCDE. Por exemplo, cerca de 20.000 nigerianos e 12.000 médicos sul-africanos migraram para o exterior, enquanto apenas 33.000 permaneceram na África do Sul, de acordo com as estatísticas recentes da Organização Mundial da Saúde (OMS). Atualmente existem 926 médicos ganenses exercendo a profissão em países da OCDE, os quais seriam extremamente necessários em seus países de origem, onde representariam 29% de todos os médicos empregados (ECA, 2019). A tabela a seguir demonstra o percentual de africanos por região migrando para países da OCDE divididos por nível educacional, mostrando o dreno em trabalhos qualificados da África.

Percentual de Migrante Africano Por Região e Nível de Estudo								
Região	1990				2000			
	Nível de Estudo				Nível de Estudo			
	Baixo	Médio	Alto	Todos	Baixo	Médio	Alto	Todos
África do Oeste	0.3	1.1	20.7	0.5	0.3	2.8	26.7	0.8
África do Leste	0.2	1.0	15.5	0.4	0.2	1.6	18.4	0.6
África Central	0.5	1.0	9.8	0.6	0.4	1.3	13.3	0.8
África do Norte	2.2	1.8	6.8	2.4	2.3	1.5	6.2	2.5
África do Sul	0.1	0.5	6.9	0.5	0.3	0.5	5.3	0.9

Quadro 1 – Percentual de Migrante Africano Por Região e Nível de Estudo

Fonte: ECA (2019)

Obs: - Todos números representam percentual %

- Nível Baixo = Educação preliminar, 0-8 anos de estudo
- Nível Médio = Educação básica, 9-12 anos de estudo
- Nível Alto = Educação avançada, 13+ anos de estudo

5 CAUSAS TEÓRICAS DA MIGRAÇÃO

Olhando para as causas migratórias, a maioria dos migrantes deixam suas casas com a crença de que terão uma vida melhor em um mundo novo. A maioria dos migrantes, na verdade, estão dispostos a arriscar as suas vidas e suas famílias pela promessa de um futuro livre de problemas, inclusive há uma sensação de desespero e angústia na probabilidade de não terem seus anseios atendidos ao alcançarem as fronteiras e serem forçados a voltar à suas terras natais por causa da aplicação das leis locais que lhes são submetidas nas áreas fronteiriças. Em 2015, a rede de comunicação *Al Jazeera* realizou uma reportagem sobre o centro de detenção de imigração na Líbia, o qual explicou que muitos migrantes deixam suas casas devido à falta de segurança e por terem grandes dificuldades econômicas, e que por estes motivos, estes cidadãos estão dispostos a arriscar suas vidas ou enfrentar uma possível prisão para saírem das dificuldades que a África lhes traz. E que mesmo o centro de detenção de imigração na Líbia não tendo boas condições, são melhores do que as condições dos locais de onde vem alguns dos migrantes (AFRICAN, 2015).

Al Jazeera seguiu a história de uma família africana que viajou para o Brasil, na cidade de São Paulo, para então enfrentar as dificuldades de migrar ilegalmente para os Estados Unidos e, eventualmente, para o Canadá. Em São Paulo, encontraram-se com o Padre Paulo Parise, que ajuda migrantes fornecendo-lhes abrigo e assistência. Ele explica que, de maneira geral, a causa raiz para a migração é a busca de uma vida digna, e que os migrantes procuram por trabalho honesto para poder receber seus salários e fornecer à suas famílias melhores condições de vida. O caminho do migrante é longo, passagem pela América Central com longas caminhadas através da selva que muitas vezes custam a vida daqueles dispostos a assumir o risco, mas o custo financeiro vale a pena para esses migrantes, quando comparado com a dificuldade insuportável de voltar para casa (AFRICAN, 2015).

5.1 DESORDEM PÓS-GUERRA FRIA

Durante os anos da Guerra Fria (1947-1991), 54 nações africanas se tornaram independentes e tiraram as amarras que os prendiam aos governantes europeus (Grã-Bretanha, Espanha, Portugal, Bélgica e França), e tentaram, em muitos casos, criar governos democráticos. Curiosamente, existem, hoje, 54 países no continente

africano. E que, por sua vez, dizer que os europeus deixaram uma bagunça para trás é um eufemismo. O quadro a seguir mostra quando os países ganharam sua independência e quem era o poder imperial de decisão anterior. A seguir, discutiremos o que aconteceu após a independência (KAPLAN, 1994).

Países	Independência	Colonizador
República da África do Sul	1910	Reino Unido
República Árabe do Egito	1922	Reino Unido
República Democrática Federal da Etiópia	1941	Itália
Líbia	1951	Reino Unido
Reino de Marrocos	1956	França
República da Tunísia	1956	França
Marrocos (Zona Norte Espanhola, <i>Marruecos</i>)	1956	Espanha
República Democrática do Sudão	1956	Reino Unido/Egito
República de Gana	1957	Reino Unido
Marrocos (Zona Sul Espanhola, <i>Marruecos</i>)	1958	Espanha
República da Guiné	1958	França
República do Senegal	1960	França
República do Togo	1960	França
República Democrática do Madagascar	1960	França
República Democrática do Congo (Kinshasa)	1960	Bélgica
República Democrática da Somália	1960	Reino Unido
República do Benin	1960	França
República do Chade	1960	França
República Centro-Africana	1960	França
República do Congo (Brazzaville)	1960	França
República do Gabão	1960	França
República da Nigéria	1960	França
República Democrática Popular de Burkina Faso	1960	França
República da Costa do Marfim (Ivory Coast)	1960	França
República de Camarões	1960	França
República Islâmica da Mauritânia	1960	França
República Federal da Nigéria	1960	Reino Unido
República do Mali	1960	França
Nigéria (Camarões britânicos do Norte)	1961	Reino Unido
República de Serra Leoa	1961	Reino Unido
República Unida da Tanzânia	1961	Reino Unido
Camarões (Camarões britânico do Sul)	1961	Reino Unido
República de Burundi	1962	Bélgica

República de Ruanda	1962	Bélgica
República Argelina Democrática e Popular	1962	França
República de Uganda	1962	Reino Unido
República do Quênia	1963	Reino Unido
República do Malawi	1964	Reino Unido
República da Zâmbia	1964	Reino Unido
República da Gâmbia	1965	Reino Unido
Reino de Lesoto	1966	Reino Unido
República de Botsuana	1966	Reino Unido
República de Maurício	1968	Reino Unido
República da Guiné Equatorial	1968	Spain
Reino da Suazilândia	1968	Reino Unido
Marrocos (<i>Ifni</i>)	1969	Spain
República de Guiné-Bissau	1973	Portugal
República de Cabo Verde	1975	Portugal
União das Comores	1975	França
República Democrática de São Tomé e Príncipe	1975	Portugal
República de Moçambique	1975	Portugal
República de Angola	1975	Portugal
República das Seicheles	1976	Reino Unido
Saara Ocidental	1976	Espanha
República de Djibuti	1977	França
República de Zimbabwe	1980	Britain
República da Namíbia	1990	África do Sul
Estado da Eritreia	1993	Etiópia

Quadro 2 – Independência dos países africanos

5.2 COMO COMEÇARAM OS CONFLITOS AFRICANOS

A divisão e os conflitos na África podem ser rastreados desde o final dos anos 1500, quando a Europa, com fome de recursos, principalmente em busca de escravos e metais preciosos, marchou por todo o continente africano desenhando linhas arbitrárias, dividindo e conquistando com violência os povos locais. Isto foi chamado pelos poderes europeus de a "corrida para a África".

Com a mesma mentalidade que os colonizadores europeus tinham para os nativos no novo mundo – a América, eles enxergavam os povos africanos como bárbaros, os quais deveriam ser educados e civilizados. Isto naturalmente deu-lhes a justificativa para entrar na África. A diferença de atuação dos países colonizadores

europeus na África para as Américas é que, depois de dizimar nativos próximos à extinção em ambos os casos, os colonos europeus não permaneceram nas colônias para ajudar a desenvolverem o território, como o fizeram no continente americano. E sim, na África, como vemos no quadro 2 acima, os europeus abandonaram os africanos, deixando-os sozinhos para resolver a bagunça que haviam criado.

A Grã-Bretanha tomou o maior pedaço da torta africana, marchando do Cairo para a Cidade do Cabo, na África do Sul e algumas fatias oeste africano. Em 1894, os britânicos traçaram linhas fronteiriças em torno do que é agora Uganda, dando ao povo Bantu, situados ao sul, as vantagens políticas e econômicas, e aos povos Acholi e Langi no Norte, o recrutamento como militares e policiais. Isso criou uma tensão intencional entre os povos, o que ajudou a manter a intenção britânica de dominação (A BRIEF, 2012).

Os franceses tomaram uma grande parte da área ocidental da África e de Madagascar. A Bélgica conquistou as áreas da África Central criando os países de Ruanda, Burundi e Congo. A Bélgica politizou as pessoas em Ruanda, usando a tribo hutu como uma força de trabalho e a tribo tutsi como executora do governo belga. Isso tem uma profunda influência sobre o genocídio de 1994 entre as duas tribos (A BRIEF, 2012). Entre abril e julho de 1994, aproximadamente 500.000 pessoas da tribo Tutsi foram mortas, o que representava 80% da população Tutsi. A verdade dos números em torno do genocídio é discutida até hoje, sendo que já foram apresentadas algumas contagens com mais de 1 milhão de mortos (CASTILLO, 2009).

No Sudão, os britânicos governaram de forma independente os árabes do norte e os negros no sul. Pouco antes da independência em 1956, eles uniram as colônias deixando-as lutar entre si, gerando uma violenta guerra civil (A BRIEF, 2012). O genocídio de Darfur é apenas uma amostra do derramamento de sangue no Sudão. Homens, mulheres e crianças de Darfur foram sistematicamente mortos e estuprados durante o conflito em curso na área ocidental do Sudão. Este tornou-se o primeiro genocídio conhecido do século XXI, fazendo com que o Tribunal Penal Internacional, conduzido pelos Masalit e Zaghawa – grupos étnicos, indicie várias pessoas a responderem a crimes contra a humanidade, estupro, migração forçada e tortura. Estima-se que mais de 1 milhão de crianças foram “mortas, estupradas, feridas, deslocadas, traumatizadas, ou que tiveram que suportar a perda dos pais e famílias” (DARFUR, 2017). Omar al-Bashir, Presidente do Sudão foi indiciado pelo Tribunal Penal Internacional em 2010 por crime de genocídio. Em 2013, a Organização das

Nações Unidas (ONU) estimou que até 300.000 pessoas haviam sido mortas durante o genocídio no Sudão (DARFUR, 2017).

Os portugueses colonizaram os países de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau na década de 1970. Os italianos também tomaram uma pequena parte, criando Líbia, Eritreia e Somália (A BRIEF, 2012).

Os alemães colonizaram Camarões e Tanzânia, e durante este período começaram a praticar o genocídio, mesmo antes da primeira guerra mundial, devido aos problemas encontrados pelos povos de herero, os quais se rebelaram contra a dominação estrangeira. Em retaliação, o exército alemão deslocou os hereros para o deserto, envenenou poços e fez com que morressem lentamente da sede e de fome. (HERERO, 2013).

Depois do colonialismo, o que agora impulsiona a violência e a instabilidade dentro das fronteiras europeias criadas na África são as definições de: "quem pertence a que lugar?", "de quem é cada território?", "quem traiu quem?" e "é hora de acertar as contas?". A resposta para esses questionamentos tem transformado as ruas da África como um dos lugares mais inseguros do mundo. Muitos restaurantes na África Ocidental têm seguranças armados que fazem a segurança dos clientes e de seus carros devido ao elevado número de assaltantes. As consequências da colonização criaram uma lacuna cultural tão grande na África que as cidades estão cheias de jovens deslocados que acabam seguindo o mundo do crime pela falta de emprego. Kaplan (1994) explica em seu livro que:

nas aldeias da África, é perfeitamente natural alimentar-se em qualquer mesa e alojar-se em qualquer cabana. Porém, nas cidades essa existência comunitária não se sustenta mais. Você deve pagar pelo alojamento e ser convidado para comer. Quando os jovens descobrem que suas relações não podem sustentá-los, eles se perdem. Eles se juntam a outros migrantes e entram gradualmente no processo criminal (tradução nossa).

5.3 POR QUE A LUTA NUNCA TERMINA

5.3.1 Não-Guerra

Jeffrey Gettleman desenvolveu uma teoria a respeito do porquê da luta nunca termina no continente africano. Em seu artigo, "Forever Wars", Gettleman argumenta que todos os conflitos não são guerra no sentido tradicional. Houve um tempo na África onde os movimentos de libertação foram os conflitos predominantes

impulsionados por uma ideologia; hoje, no entanto, a maior parte da violência é simplesmente oportunista, gerida por uma criminalidade organizada.

A violência gerada no continente não tem mais o objetivo de derrubar um ou outro grupo ou, até mesmo, o foco de derrubar um governo, como era no passado; nem é banditismo como nos sugere no ocidente, onde qualquer um pode ser assaltado a qualquer momento. Estes crimes africanos são criados por grandes grupos criminosos que estão satisfeitos com a vida no mato e usando a violência organizada para executar crimes violentos de grande escala que vão desde sequestro, estupro, até assassinato. Eles estão essencialmente enlouquecendo a área em que vivem (GETTLEMAN, 2010).

Gettlemen (2010), segue explicando que esses exércitos de criminosos só querem dinheiro, armas e uma licença para destruição. Ao contrário de um exército tradicional, mesmo se alguém pudesse levá-los a uma mesa de negociação, não haveria muito a oferecer-lhes. Eles não estão interessados em terra ou em um país, nem são capazes de gerenciar um. A maioria desses grupos são formados essencialmente por crianças traumatizadas, com muito poder de fogo e uma pessoa terrível no comando. A solução é essencialmente capturar ou matar o líder. Foi o que aconteceu em Angola quando o líder rebelde do contrabando de diamantes Jonas Savimbi foi baleado, trazendo um súbito fim a um dos conflitos mais intensos da guerra fria. Na Libéria, o momento em que o senhor da guerra, o Presidente Charles Taylor, foi preso em 2006, foi o mesmo momento em que ocorreram assassinatos conduzidos por crianças de 10 anos de idade vestindo máscaras de Halloween (Gettleman, 2010).

Em anos passados, parece que os líderes rebeldes tinham uma agenda mais digna, uma crença na construção de um futuro melhor para o seu povo. Como exemplo, o libertador do Zimbábue, Robert Mugabe, governou seu país por quarenta anos como ditador, e levou seu povo ao crescimento rápido, transformando-o em uma das principais economias da África Subsaariana.

Kudzayi Zvinavashe, um jornalista do Zimbábue, publicou um artigo no Washington Post, onde discute as visões diferentes que os zimbabuanos têm sobre Robert Mugabe. Zvinavashe (2019) afirma que "para muitos na África, Mugabe foi um revolucionário que libertou seu povo e recuperou a terra dos colonialistas para dar aos zimbabuanos nativos". Ele forneceu educação, prosperidade e desenvolvimento, mas também se tornou um tirano brutal "conhecido por governar com punho de ferro e exibindo um desprezo brutal pelos direitos humanos. Seu governo foi implicado em

relatos de abduções, tortura e assassinatos extrajudiciais, incluindo o notório massacre de milhares Gukurahundi". Com a sua morte e o fim de seu longo governo, ele deixou seu país em desordem financeira. No entanto, para muitos, ele ainda é um herói (ZVINAVASHE, 2019).

Por sua vez, a extrema violência com a qual os novos senhores da guerra na África agem não têm muito apoio popular, portanto, não têm existido muitos recrutas voluntários para participarem de suas atrocidades. Para manter a sua oferta de soldados, um dos seus principais recursos para crime são as crianças, que na África parece ser uma oferta interminável. Estas crianças sofrem uma "lavagem cerebral" incalculável, sendo facilmente influenciadas e manipuladas, chegando ao ponto de se tornarem máquinas de matar irracionais. Na República Democrática do Congo, por exemplo, quase um terço dos rebeldes têm menos de 18 anos de idade (GETTLEMAN, 2010).

Nem todos os combates na África se encaixa neste molde, mas muitos países, como a Somália, têm gasto seus recursos durante anos em um círculo interminável de conflitos. Com tantos grupos rebeldes e organizações criminosas envolvidas, a luta se torna um modo de vida e um negócio lucrativo. Quando um líder que quer promover a paz põe em ação seus planos, as organizações criminosas levantam o mesmo valor em dinheiro para realizar campanhas se opondo. Algumas organizações só prosperam no caos, e os muitos anos de caos os tornaram bastante poderosos. Por exemplo, o Al-Shabaab que é um grupo fundamentalista, sediado no leste africano, e pela definição ocidental uma organização do terrorista, têm objetivos de promover o Jihad contra os "inimigos do Islã" e combater o governo federal da Somália e da missão da União Africana para a Somália (AMISOM). Tão vago como esses objetivos possam parecer, eles são quantificáveis, ao contrário de muitos conflitos na África.

5.3.2 Líderes de Guerra Gananciosos

Em um dos trechos das teorias de Gettleman, Sir Paul Collier mostra uma imagem de senhores da guerra com um pouco mais de ânsia pelo poder. Ao invés de ficar em restritos às suas vilas, alguns atuam como violentos piratas sedentos por dinheiro ou atroztes tiranos com fome de poder. Para conseguir este status, entretanto, precisaram muito do apoio popular, o qual não é conquistado facilmente ou com sorte em uma democracia. Collier e Vicent (2011) argumentam que a democratização da

África pós-Guerra Fria introduziu eleições que muitas vezes não têm restrições sobre o comportamento dos candidatos, resultando em intimidação eleitoral e outras fraudes eleitorais. Embora a maioria dos eleitores se opõem à violência, a intimidação é efetiva em governos mal estruturados. Em 1997, a eleição liberiana foi um exemplo interessante: o medo da insegurança pós-eleitoral levou os eleitores a votarem em Charles Taylor, um criminoso de guerra.

5.4 NEOPATRIMONIALISMO

Para entender a visão neopatrimonialista, é de grande importância lembrar que seu antecessor, o patrimonialismo, surgiu como uma forma de exercer o poder e ter dominação sob determinados povos, baseados nos poderes herdados, ou seja, ter a legitimidade de governar em função da sua autoridade racional e legal obtida pelos acontecimentos históricos (WEBER, 2014).

Com o mesmo princípio filosófico, Monsiváis Carrillo e Del Río Martínez (2013) remonta o termo neopatrimonialismo para a década de 1970, quando foi usado para explicar os motivos pelos quais os países considerados do “Terceiro Mundo”, incluindo as sociedades africanas, não conseguiram acompanhar a modernização que estava ocorrendo em outras regiões e, também, porque as ações políticas de seus líderes falhavam.

Na África, o neopatrimonialismo foi usado, também, para explicar a influência das heranças coloniais, étnicas e racionais, bem como, descrever os fenômenos relacionados às formas tradicionais de autoridade como a política autoritária, faccionista, personalista e clientelista que predominavam na cultura local, contrastando com as exercidas nas organizações modernas que são baseadas em normas gerais e impessoais (MONSIVÁIS CARRILLO; DEL RÍO MARTÍNEZ, 2013).

Estudando o discurso do Dr. Paul Williams, do Centro Africano de Estudos Estratégicos, realizado em 2014 no seminário *Africa's Contemporary Security Challenges*, podemos observar a característica do neopatrimonialismo em solo africano.

Williams destaca que, desde 1990, houve mais de 400 conflitos violentos na África, onde mais de 25 pessoas foram mortas, sendo que a maioria ocorreu sem intervenção governamental. Ele ainda discorda de muitas das teorias discutidas anteriormente, incluindo a teoria de que as guerras na África são devidas às fronteiras

arbitrárias impostas pelas metrópoles imperiais. Ele argumenta que a maioria dos 400 conflitos, citados anteriormente, ocorreram devido a problemas relacionados à conquista do poder, e que menos de 30 foram ocasionados devido às questões fronteiriças. Dr. Williams afirma que todos os conflitos têm alguma ligação com quem está no poder, como administram o programa governamental e como tratam seus oponentes. Ele acredita que os rebeldes não querem apenas dinheiro, eles querem tomar o poder, como Charles Taylor, que, mesmo depois de capturar minas de diamante na Serra Leoa e ganhar cerca de 300 milhões de dólares, ainda continuava lutando para se tornar presidente da Libéria.

Segundo o Dr. Williams (2014), não há uma única razão para as guerras na África, na verdade é uma mistura de razões, todas contidas em sua teoria do neopatrimonialismo. É uma combinação de um sistema patrimonial, onde o líder faz todas as regras para o ganho pessoal, com uma fachada de estruturas democráticas liberais. O problema é na tentativa de mesclar essa regra pessoal informal com um sistema institucional que contém uma constituição, um parlamento que deve criar as regras e um sistema judicial encarregado de fazer cumprir as regras. Ele argumenta que a maioria das lutas armadas na África ocorre em países onde esse conflito entre os poderes ocorre. Os conflitos dentro da teoria são divididos em sete categorias: guerras civis, guerras dentro de guerras, golpes militares, atores não estatais, violência eleitoral, violência unilateral contra civis e lutas por meios de subsistência.

As guerras civis, essencialmente onde uma insurgência armada ou um grupo rebelde estão lutando contra seu governo pelo poder, costumavam ser muito mais comuns na África, mas estão se tornando menos frequentes. Desde 1990, houve aproximadamente uma dúzia desses conflitos armados, onde mais de 1.000 pessoas morreram. Nas décadas anteriores a 1990, havia centenas. A razão da queda pode ser contribuída para o fato de mais governos estarem se afastando mais de um sistema patrimonial e mostrando maiores valores democráticos institucionais. Mais frequentemente, os líderes na África estão deixando o cargo após o mandato para o qual foram eleitos, em vez de permanecer à força no poder, conforme descrito anteriormente por Robert Mugabe.

Guerras dentro de guerras, como uma guerra civil, mas não envolvendo o governo e sim grupos. São lutas pelo poder entre esses grupos organizados que desejam governar uma área ou até mesmo o país. Estes não são grupos de categorias amplas, como cristãos e muçulmanos que lutam pelo poder, mas são mais específicos

para uma organização como o Boko Haram. Às vezes, isso é violência unilateral ou ação terrorista, outras vezes, há guerras dentro de guerras como na Somália, onde os diversos grupos envolvidos focam apenas em fazer valer suas próprias agendas e interesses. Às vezes, eles são apoiados por diferentes organizações externas e atravessam fronteiras internacionais. Uma grande influência nisso é o fácil acesso a armas na África. Quase todo mundo pode comprar um AK-47 ou um RPG.

Golpes militares se tornaram muito comuns no continente africano, onde um líder militar de alto escalão que discorda do líder eleito, mas tem a lealdade e o comando das forças armadas, decide tomar o palácio presidencial. A União Africana (UA) tem algumas opiniões únicas sobre golpes militares na África. Como um continente onde a democracia nem sempre é predominante, poderia haver um "bom golpe militar"? O que aconteceria se, de fato, os militares pretendessem colocar o país no caminho da democratização, quando o regime anterior não o fez? Devido a estas perguntas não respondidas, a UA sempre examina com muito cuidado um golpe antes de condená-lo. Houve exemplos recentes em que um golpe militar ajudou a trazer a democracia como Líbia e Egito.

Dr Williams discute também a violência eleitoral, como visto anteriormente, sendo um ato muito evidente. De 1990 a 2014, houve 250 eleições parlamentares, e 20% delas envolveram violência política, levando até mesmo a assassinatos. Normalmente, o titular é o ator da violência por não obter apoio popular suficiente e ter que recorrer a atos hostis para se livrar do oponente ou forçar os eleitores a apoiar sua campanha.

Os atores não estatais são responsáveis por 80% das mortes na África e provém de seis países: República Democrática do Congo, Nigéria, Somália, Sudão, Sudão do Sul e Etiópia. Dos 400 conflitos descritos, 260-270 são entre dois atores não estatais. A Somália novamente é um excelente exemplo: não tendo um governo central entre 1991 e 2012, tinha uma concentração enorme de diferentes atores não-estatais, todos lutando entre si (Williams, 2014).

A violência unilateral contra civis é o sexto tipo de violência. Aproximadamente 635 mil civis foram mortos entre 1991 e 2010 devido à violência unilateral em seis países: República Democrática do Congo, Burundi, Uganda, Libéria, Sudão e Ruanda (o maior do genocídio de 1994). Essas mortes foram causadas por 104 grupos separatistas e 28 deles por ações dos governos (Williams, 2014).

Lutas de subsistência são o sétimo tipo de conflito descrito dentro do escopo do neopatrimonialismo. Essas são lutas localizadas sobre os recursos ambientais que estão sofrendo alterações em suas características originais. O ecossistema ao redor da bacia do lago Chade, por exemplo, está encolhendo, os criadores de gado estão lutando por recursos hídricos, levando à morte centenas de pessoas, à medida que os jovens criadores de gado, armados com AK-47, tomam o assunto em suas próprias mãos (Williams, 2014).

6 CONCLUSÃO

O movimento migratório é um fenômeno que ocorre ao longo do tempo e tem como sua principal motivação a melhora da qualidade de vida do cidadão. Porém, o que se observa, também, é a movimentação de pessoas que cruzam as diversas fronteiras de diferentes países, motivadas por causas não pessoais, e sim, por motivos de extrema violência que força o cidadão a abandonar suas casas e procurar outros locais mais seguros para si e para suas famílias.

As migrações foram fortemente observadas durante a WWI, onde os conflitos violentos, questões raciais e as doenças contagiosas causaram a mudança da política internacional migratória devido ao grande movimento de pessoas cruzando as fronteiras que por ora traziam ameaças aos cidadãos locais. Essas movimentações, tanto de maneira voluntária como de forma involuntária, traziam a preocupação dos Estados em criar políticas públicas de acolhimento ou não dessas pessoas, muitas vezes gerados por suspeitas e desconfianças de estarem recebendo doentes contagiosos ou, até mesmo, inimigos infiltrados. De maneira geral, a violência da WWI motivou diversos cidadãos comuns a deixarem suas casas e pertences para trás para cruzar fronteiras de outros países em busca de um lugar confortável e longe da violência ocasionada pela guerra.

A divisão dos países do continente africano se deu de forma não natural devido ao fato de que os países colonizadores fatiaram a África de acordo com suas ambições, não respeitando as tradições e tribos locais. Por vezes o mesmo país abraçava rivais sob o controle de um mesmo governante. Após as grandes guerras, iniciou-se o período de independência dos países africanos os quais se libertavam das amarras dos colonizadores, porém passando a conviver com as disputas internas pelo poder, as quais geram até hoje a pobreza, o tráfico, a degradação e a violência

extrema. Assim como na WWI, a violência criada em busca da vitória, ocasionou um enorme movimento migratório de pessoas fugindo das condições adversas que os conflitos causam.

Um aspecto comum observado na África subsaariana é que a principal causa do movimento migratório de seus países é a instabilidade governamental. Esta instabilidade gera desigualdade social, fome, extrema pobreza, luta pelo poder, e diversos outros problemas, produzindo conflitos entre grupos armados. Isso estimula grandes números de africanos a migrar em busca de segurança e prosperidade.

Outros aspectos relevantes que ocorrem na África Subsaariana, além da ganância dos líderes que empobrecem a nação, é a criminalidade organizada, a qual tem crescendo e se difere das disputas pelo governo, por focarem na busca do poder por meio do aumento financeiro, comércio de armas, e destruição e submissão dos povos pela imposição do medo.

Tendo a base teórica e estrutural de informações para responder às perguntas iniciais da senadora Tammy Duckworth, vamos analisar uma de cada vez para tentar entender a relação entre a violência extrema e os movimentos populacionais.

1. As organizações extremistas violentas são sintomas de um problema sistêmico?

De modo geral, pode-se dizer que sim, pois a instabilidade governamental em que vivem os países da África Subsaariana faz surgir diversas organizações extremistas que criam o desconforto e a violência exacerbada, e tendo como uma resultante dessa violência o movimento migratório forçado das pessoas que deixam sua vida em determinado país e fogem para outro como meio de sobrevivência. Dr. Paul Williams sintetizou em seu discurso como funciona a relação da violência e os povos africanos com sua teoria do neopatrimonialismo. À medida que os governos africanos evoluem através de diversos estágios, como a passagem de um sistema tribal para uma democracia, e enquanto lidam com as consequências do colonialismo, essa disputa entre o patrimonialismo e democracia continuará a emergir. É uma espécie de "dor de crescimento" da África.

2. Quais são os principais fatores da instabilidade subsaariana?

As observações colhidas pelas opiniões do Dr. Paul Williams podem melhor responder essa questão. Os principais fatores de violência na África são principalmente as sete categorias de neopatrimonialismo: guerras civis, guerras dentro de guerras, golpes militares, atores não estatais, violência eleitoral, violência

unilateral contra civis e lutas por meios de subsistência. Estes fatores de grande instabilidade e violência, ocasionam, por sua vez, o descontentamento dos povos em causa as grandes emigrações da África Subsaariana.

3. Qual é o posicionamento do AFRICOM para tratar dessas questões: é necessária uma solução governamental / não governamental para lidar com a causa principal?

Tanto a AFRICOM como o Departamento de Estado dos EUA (Ministério das Relações Exteriores) e diversos outros países operam na África em busca de maior estabilidade governamental para os países africanos. O sucesso desta missão tem um efeito direto em reduzir a migração da África Subsaariana, em diminuir as razões da migração. A missão do AFRICOM é “o Comando da África dos EUA, com parceiros, fortalece forças de segurança, combate ameaças transnacionais e conduz uma resposta a crises, a fim de promover os interesses nacionais dos EUA e promover a segurança, a estabilidade e a prosperidade.” (AFRICOM, 2019). Em outras palavras, o AFRICOM promove os interesses dos EUA na região por meio da cooperação de segurança com os países anfitriões. A falta de segurança na África não é a causa da instabilidade, é um sintoma. O AFRICOM fortalece os parceiros para combater as ameaças de violência, o sintoma. É através de um esforço coordenado com os parceiros que o AFRICOM pode ter o maior impacto na criação de uma África mais estável. Agências parceiras do Departamento de Estado dos EUA, como o *US Agency for International Development* e outras, todas têm papéis importantes na estabilidade da África.

O Departamento de Estado dos EUA (DOS), por outro lado, tem a missão de “liderar a política externa da América por meio da diplomacia, advocacia e assistência, promovendo os interesses do povo americano, sua segurança e prosperidade econômica”. Mais especificamente, através do DOS, a Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o governo dos EUA assume a missão de “promover e demonstrar valores democráticos no exterior e promover um mundo livre, pacífico e próspero. Em apoio à política externa da América, a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional lidera a assistência internacional ao desenvolvimento e desastres do governo dos EUA por meio de parcerias e investimentos que salvam vidas, reduzem a pobreza, fortalecem a governabilidade democrática e ajudam as pessoas a sair de crises humanitárias e progredir além da assistência” (USAID, 2019).

Através desses dois departamentos, DOD e DOS, vemos o principal esforço que os governos dos EUA fazem para uma África Subsaariana mais pacífica e próspera. Mas isso não é apenas responsabilidade dos Estados Unidos. A solução está em um esforço combinado, principalmente com as nações europeias, por meio dos esforços de diplomacia preventiva e de paz da ONU e da União Africana, para desenvolver uma África subsaariana mais estável, pacífica e próspera, mitigando a migração e dando aos africanos mais razões para permanecer em sua terra natal.

REFERÊNCIAS

A BRIEF history of European colonization in Africa. [S. l.], Ugana Rising, 2012. 1 vídeo (4 min 01 seg). Publicado pelo canal YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/Pis5f085P3M>. Acesso em: 2 set. 2019.

ADEPOJU, Aderanti. Migration in West Africa. **Development**, v. 46, n. 3, p. 37-41, 2003.

AFRICAN migrants: what really drives them to Europe? **Al Jazeera**. [S. l.], 6 jun. 2015. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/programmes/talktojazeera/inthefield/2015/06/african-migrants-drives-europe-150604124356795.html>. Acesso em: 25 ago. 2019.

AFRICOM. **What we do**. 2019. Disponível em: <https://www.africom.mil/what-we-do>. Acesso em 28 ago. 2019.

BOSWELL, Laird. From Liberation to Purge Trials in the "Mythic Provinces": Recasting French Identities in Alsace and Lorraine, 1918-1920. **French Historical Studies**, v. 23, n. 1, p. 129-162, 2000.

CAESTECKER, Frank; FEYS, Torsten. East European Jewish migrants and settlers in Belgium, 1880–1914: a transatlantic perspective. **East European Jewish Affairs**, v. 40, n. 3, p. 261-284, 2010.

CASTILLO, D. **The Rwanda Genocide: Number of Deaths**. Disponível em: <http://rwandagenocide34.pbworks.com/w/page/4580728/Number%20of%20Deaths>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CAZACU, Ioana et al. The Nansen Commission and the Romanian Prisoners of War's repatriation from the Russian territories. **Revista Română de Studii Baltice și Nordice**, v. 3, n. 1, p. 145-159, 2011.

COBEN, Stanley. A study in nativism: The American red scare of 1919-20. **Political Science Quarterly**, v. 79, n. 1, p. 52-75, 1964.

COLLIER, Paul; VICENTE, Pedro C. Violence, bribery, and fraud: the political economy of elections in Sub-Saharan Africa. **Public choice**, v. 153, n. 1-2, p. 117-147, 2012.

CONNOR, Phillip. **At Least a Million Sub-Saharan Africans Moved to Europe Since 2010: Sub-Saharan Migration to the United States also Growing**. Pew Research Center, 2018a.

CONNOR, Phillip. International migration from sub-Saharan Africa has grown dramatically since 2010. **Pew Research Center**, 2018b.

COSTIN, Lela B. Feminism, pacifism, internationalism and the 1915 International Congress of Women. In: **Women's Studies International Forum**. Pergamon, 1982. p. 301-315.

DAO, Thu Hien *et al.* **Global Migration in the Twentieth and Twenty-First Centuries: The Unstoppable Force of Demography**. FERDI Working Paper, 2018.
 DARAGAH, B. Sub-Saharan Africa becoming new battleground against violent extremism as jihad 'goes south'. **Independent**. Marrakesh. 18 dez. 2018. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/africa/sub-saharan-africa-isis-boko-haram-al-qaeda-terror-attacks-islam-jihad-extremism-a8689126.html>. Acesso em: 20 set. 2019.

DARFUR Genocide. **Military**. 30 out. 2017. Disponível em: https://military.wikia.org/wiki/Darfur_genocide. Acesso em: 23 ago. 2019.

DAS, Santanu (Ed.). **Race, Empire and First World War Writing**. Cambridge University Press, 2011.

DE HAAS, Hein. International migration, remittances and development: myths and facts. **Third World Quarterly**, v. 26, n. 8, p. 1269-1284, 2005.

DEDERING, Tilman. 'Avenge the Lusitania': The Anti-German Riots in South Africa in 1915. **Immigrants & Minorities**, v. 31, n. 3, p. 256-288, 2013.

ECA. Implications for Africa. **United Nation Economic Commission for Africa**. Disponível em: www.uneca.org. Acesso em: 27 ago. 2019.

FEYS, Torsten. The visible hand of shipping interests in American migration policies 1815–1914. **tijdschrift voor sociale en economische geschiedenis**, v. 7, n. 1, p. 38-62, 2010.

GATRELL, Peter. **A whole empire walking: refugees in Russia during World War I**. Indiana University Press, 2005.

GETTLEMAN, J. Africa's Forever Wars. **Foreign Policy**. 11 fev. 2011. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2010/02/11/africas-forever-wars/#>. Acesso em: 28 ago. 2019.

HERERO Genocide. [S. l.: s. n.], 2013. 1 vídeo (2 min 33 seg). Publicado pelo canal Al Jazeera. Disponível em: https://youtu.be/kNFf6e_WZP8. Acesso em: 25 ago. 2019.

HOCHSTADT, Steve. **Mobility and modernity: Migration in Germany, 1820-1989**. University of Michigan Press, 1999.

IRISH, J. (2019, Feb 7). France says to continue military cooperation with Cameroon. **Reuters World News**. 7 fev. 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-france-cameroon/france-says-to-continue-military-cooperation-with-cameroon-idUSKCN1PW1RA>. Acesso em 23 ago. 2019

KAPLAN, Robert D. The coming anarchy. **Atlantic monthly**, v. 273, n. 2, p. 44-76, 1994.

KAPRIELIAN-CHURCHILL, Isabel. Rejecting “Misfits:” Canada and the Nansen Passport. **International Migration Review**, v. 28, n. 2, p. 281-306, 1994.

KHOUDOUR-CASTÉRAS, David. Welfare state and labor mobility: the impact of Bismarck's social legislation on German emigration before World War I. **The Journal of Economic History**, v. 68, n. 1, p. 211-243, 2008.

KOHNERT, Dirk. African migration to Europe: Obscured responsibilities and common misconceptions. Hamburg: German Institute of Global and Area Studies, 2007.

KOLLER, Christian. The recruitment of colonial troops in Africa and Asia and their deployment in Europe during the First World War. In M. Stibbe, **Captivity, Forced Labor and Forced Migration in Europe during the First World War**, p. 110-133, 2009.

MONSIVÁIS CARRILLO, Alejandro; DEL RÍO MARTÍNEZ, Adolfo. El neopatrimonialismo a debate: coordenadas conceptuales y apuntes analíticos. **Espiral (Guadalajara)**, v. 20, n. 58, p. 37-66, 2013.

OLSSON, Lars. Labor migration as a prelude to World War I. **International Migration Review**, v. 30, n. 4, p. 875-900, 1996.

OIM. **World Migration Report**. Grand-Saconnex, Suíça: Nações Unidas, 2018.

PANAYI, Panikos (Ed.). **Racial violence in Britain in the nineteenth and twentieth centuries**. London: Leicester University Press, 1996.

PLOWMAN, Matthew. Irish republicans and the Indo-German conspiracy of World War I. **New Hibernia Review**, v. 7, n. 3, p. 81-105, 2003.

REINECKE, Christiane. Governing aliens in times of upheaval: immigration control and modern state practice in early twentieth-century Britain, compared with Prussia. **International Review of Social History**, v. 54, n. 1, p. 39-65, 2009.

ROOS, Julia. Women's Rights, Nationalist Anxiety, and the “Moral” Agenda in the Early Weimar Republic: Revisiting the “Black Horror” Campaign against France's African Occupation Troops. **Central European History**, v. 42, n. 3, p. 473-508, 2009.

ROSENBERG, Clifford D. **Policing Paris: The origins of modern immigration control between the wars**. Cornell University Press, 2006.

SANBORN, Joshua A. Unsettling the empire: violent migrations and social disaster in Russia during World War I. **The Journal of Modern History**, v. 77, n. 2, p. 290-324, 2005.

SPANISH Flu. **History**. 12 out. 2019. Disponível em: <https://www.history.com/topics/world-war-i/1918-flu-pandemic>. Acesso em: 23 ago. 2019.

STIBBE, Matthew (Ed.). **Captivity, forced labour and forced migration in Europe during the First World War**. Routledge, 2013.

TORPEY, John. Coming and going: On the state monopolization of the legitimate “means of movement”. **Sociological theory**, v. 16, n. 3, p. 239-259, 1998.

TRIADAFILOPOULOS, Triadafilos. Building walls, bounding nations: migration and exclusion in Canada and Germany, 1870–1939. **Journal of Historical Sociology**, v. 17, n. 4, p. 385-427, 2004.

TURDA, Marius. The biology of war: eugenics in Hungary, 1914–1918. **Austrian history yearbook**, v. 40, p. 238-264, 2009.

USAID. **Mission, vision and values**. 2019. Disponível em: <https://www.usaid.gov/who-we-are/mission-vision-values>. Acesso em: 1 set. 2019.

VAN DIJK, C. Kees. **The Netherlands Indies and the Great War, 1914-1918**. Brill, 2014.

VERSCHAFFEL, Bart *et al.* **Red Star Line memorial**. 2005.

WILLIAMS, P. D. Key drivers of violent conflict in Africa: myths and reality. [S. l.], African Center for Strategic Studies, 2014. 1 vídeo (46 min 23 seg). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pXN8_VIPcSQ. Acesso em: 8 set. 2019.

WEBER, Max. **Economía y sociedad**. Fondo de cultura económica, 2014.

ZVINAVASHE, K. Robert Mugabe was a liberator who turned into an oppressor. Zimbabweans remember both. **The Washington Post**, 7 set. 2019. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/2019/09/07/robert-mugabe-was-liberator-who-turned-into-an-oppressor-zimbabweans-remember-both/?noredirect=on>. Acesso em 10 set. 2019.